O QUE É UM TRIBUNAL DE CONTAS? ESTUDO SOB A PERSPECTIVA POPULAR, EM CURITIBA (PR)

WHAT IS A COURT OF ACCOUNT? A STUDY FROM THE PEOPLE'S PERSPECTIVE IN CURITIBA/PR

¿QUÉ ES UN TRIBUNAL DE CUENTAS? UN ESTUDIO DESDE LA PERSPECTIVA POPULAR EN CURITIBA/PR

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o entendimento sobre o tribunal de contas segundo a visão dos populares da sociedade civil em Curitiba (PR). Após breve caracterização desses tribunais, apresentou-se uma perspectiva teórica que concebe a reputação organizacional como as associações mentais sobre a organização retidas pelas pessoas de fora dela. Foi realizado um levantamento com 307 participantes que responderam à questão: “Em sua opinião, o que é um tribunal de contas?”. As respostas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo e agrupadas em categorias. Os resultados indicam que os populares consideram o tribunal de contas, em ordem decrescente de frequência, como órgão fiscalizador (onde se prestam contas), gestor de recursos, analista de contas, solucionador de contas e julgador de contas. Conclui-se que o tribunal de contas é visto predominantemente como órgão fiscalizador, apesar de haver elevado nível de desconhecimento sobre suas atribuições.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal de contas, reputação corporativa, controle externo, controle social, cidadania.

Saulo Aparecido de Souza - saulo.souza@tce.pr.gov.br

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande – MS, Brasil

Artigo submetido no dia 16.02.2016 e aprovado em 24.10.2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v21n70.59404>

Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the perception of the term “court of account” by individuals from civil society in Curitiba/PR. After a quick overview of the concept of court of account, a theoretical perspective is presented that defines corporate reputation as a set of mental associations about an organization possessed by individuals outside the organization. A survey was conducted with a sample of 307 individuals, who answered the following question: “In your opinion, what is a court of account?” Content analysis was applied to analyze the answers and group them into categories. Results indicate that the most frequent categories mentioned by individuals about the court of account were, in order of frequency: a supervisory organ, a place to render accounts, a resource manager, an account analyst, an account problem solver, and a judge of accounts. We conclude that the court of account is seen predominantly as a supervisory organ, although there is a high level of ignorance about its function.

Keywords: Courts of account, corporate reputation, external control, social control, citizenship.

Resumen

Este estudio trata de analizar la percepción de lo que se entiende por un tribunal de cuentas de acuerdo con personas de la sociedad civil en Curitiba/PR. Después de una breve caracterización de los tribunales de cuentas, se presentó una perspectiva teórica que concibe reputación de la organización como asociaciones mentales acerca de la organización retenidas por las personas fuera de la organización. Se realizó un estudio con 307 participantes que respondieron a la pregunta: “¿en su opinión, qué es un tribunal de cuentas?”. Las respuestas se analizaron mediante análisis de contenido y fueron agrupadas en categorías de análisis. Los resultados indican que las categorías más frecuentes mencionadas por los individuos fueron, en orden de frecuencia: un órgano de control, un lugar donde rendir cuentas, un administrador de recursos, analista de cuentas, un solucionador de problemas de cuentas y un juez de cuentas. Se llega a la conclusión de que el tribunal de cuentas se ve sobre todo como un órgano de control, aunque hubo un alto nivel de ignorancia sobre sus asignaciones.

Palabras clave: Tribunal de cuentas, reputación de la organización, control externo, control social, ciudadanía.

INTRODUÇÃO

A transparência e a participação popular possibilitaram a criação de um novo tipo de controle: o social. Por meio dele, o cidadão pode fiscalizar, verificar e acompanhar a regularidade dos atos governamentais, tornando-se o meio executor do controle. O exercício do controle social é independente e universal, mas depende do controle oficial para fazer valer suas constatações. Segundo a Constituição Federal (1988), qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas da União. Logo, o controle social deve ser considerado aliado do controle oficial e ter atuação conjugada com os tribunais de contas (Vuolo, 2009, & Mileski, 2009).

A admissão da via participativa vem marcando um novo passo na evolução das cortes de contas. A relação direta vem se mostrando benéfica quanto à legitimidade, que se reafirma com a abertura à cidadania, à autonomia, que se reforça no desempenho de atribuições próprias e exclusivas, e à responsabilidade política, que se acresce ao atuar por provocação direta da sociedade (Moreira Neto, 2005).

Os tribunais de contas atuam em nome do povo, fazendo com que a atividade pública se desenvolva de acordo com o interesse público, constituindo peça imprescindível do regime democrático (Mileski, 2009). No entanto, pode-se indagar o grau de conhecimento do cidadão comum sobre as cortes de contas e suas atribuições, a fim de poder exercer o controle social. A concepção equivocada ou

incompleta desses órgãos pode prejudicar o exercício adequado e efetivo do controle social.

Desse modo, torna-se relevante investigar a concepção dos cidadãos quanto aos tribunais de contas. Entretanto, ainda são escassos os estudos que avaliam o entendimento da sociedade civil sobre determinadas instituições e órgãos da administração pública. Além disso, ela é constituída por órgãos representativos de categorias profissionais, pela imprensa, por organizações não governamentais, entre outros, mas, em poucas ocasiões, consideram-se os populares, entendidos como cidadãos comuns (e.g., Silva, 2013).

Assim, o propósito deste estudo é analisar a percepção acerca do que se entende por tribunal de contas e identificar suas funções segundo a visão da sociedade civil, no município de Curitiba, estado do Paraná. Em especial, foram identificados e analisados comparativamente os fatores que compõem a percepção das pessoas em geral sobre os tribunais de contas, de acordo com as características socioeconômicas.

Esta pesquisa fornecerá subsídios para que agentes públicos possam definir políticas e programas de conscientização sobre o papel da população no exercício do controle externo. Ao mesmo tempo, espera-se que esse levantamento contribua para preencher a lacuna existente nos estudos da percepção popular dos órgãos públicos e que os dados quantitativos sirvam de fomento para as discussões sobre controle social.

TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL

Conforme Castardo (2007a), no Brasil, as primeiras noções de controle de contas públicas ocorreram no ano de 1680, com a criação das Juntas das Fazendas das Capitâneas e da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, que eram ligadas a Portugal. No período colonial, foi criado o Conselho da Fazenda, com a finalidade de assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade e da regularidade. Já no período imperial, adotou-se o chamado Tesouro Nacional, que logo foi substituído pelo Tribunal do Tesouro Público Nacional. Mas foi somente em 1890, após a Proclamação da República, que surgiu um tribunal de contas nos moldes que hoje se faz referência (Delmondes, 2007).

O Brasil sempre tendeu a adotar o modelo de corte de contas. Para Campelo (2005), existem dois modelos principais de sistemas de controle. O primeiro é a corte de contas, comum na Europa Ocidental e em países com influência ibérica. Tem como características: composição colegiada, maior autonomia em relação ao Parlamento, poder decisório sobre o resultado de seus trabalhos, força impositiva de suas decisões e natureza jurisdicional. O segundo modelo é a Controladoria ou Auditoria-Geral, comum nos países com influência anglo-saxã e na Europa Oriental e Setentrional. De modo geral, esse órgão é dirigido por uma única pessoa, tem poder decisório ou sancionador e é vinculado funcionalmente ao Parlamento, ao qual cabe deliberar sobre os resultados dos trabalhos de controle.

Na definição de Castardo (2007a), tribunal

de contas é uma instituição constitucional independente com missão de fiscalizar e verificar a boa aplicação do dinheiro público. Sua razão de existir seria defender os interesses do cidadão e da sociedade quanto à correta aplicação do dinheiro e à guarda/administração do patrimônio público.

Diniz (2010) compreende essas atribuições de maneira ampliada, concebendo-o como um órgão técnico colegiado e auxiliar direto do Poder Legislativo, cuja função é controlar externamente a administração financeira e fiscalizar o orçamento. Além de analisar as contas e a aplicação do dinheiro público, julga e apura a responsabilidade dos incumbidos de sua guarda. Seria, portanto, uma instituição administrativo-política de auditoria e julgamento.

A principal função do tribunal de contas é o controle externo (Castardo, 2007a). A Constituição Federal (1988) atribui ao Tribunal de Contas da União competência para auxiliar o Poder Legislativo a exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, além da fiscalização da aplicação de subvenções e renúncia de receitas. A mesma organização, composição e fiscalização devem ser aplicadas aos demais tribunais de contas do país.

Do ponto de vista constitucional brasileiro, os tribunais de contas são conjuntos autônomos que não se acomodam em nenhum dos três blocos orgânicos que compõem os Poderes (Bandeira de Mello, 2009). Conforme Britto (2005), o Tribunal de Contas não é órgão integrante de poder, nem mesmo do

Poder Legislativo, mas o auxilia, sem subalternidade funcional; sua referência organizativo-operacional reside no Poder Judiciário; seus processos têm sua própria ontologia, são processos de contas, e não processos parlamentares, nem judiciais, nem administrativos. Suas decisões têm natureza administrativa (Mileski, 2009).

Entretanto, para além da organização adotada no Brasil, é possível que o tribunal de contas se alinhe a algum dos Poderes. De acordo com Speck (como citado em Delmondes, 2007), existem três modelos de cortes de contas: um cujo principal cliente seria o Executivo, com relação estreita com o governo a fim de corrigir ocorrências constatadas; outro, que teria como principal cliente o Legislativo, atendendo às suas prioridades e realizando auditorias conforme as demandas do Parlamento; e um terceiro, com função judicante, sem um cliente específico, funcionando como tribunal administrativo.

Um tribunal de contas pode ser concebido de diversas maneiras. Segundo Castardo (2007a; 2007b), existem argumentos favoráveis ao tribunal de contas: a) como poder judicante; b) como poder administrativo; c) como poder político; d) como parte componente do Poder Legislativo; e) como órgão técnico; f) como órgão autônomo sem vinculação a qualquer poder; g) como órgão constitucional de soberania; h) como órgão protetor dos direitos fundamentais.

Quanto à organização de suas competências, existe a clássica proposta de Campelo (2005), segundo a qual o tribunal de contas apresenta oito funções: fiscalizadora, judicante, sancionadora, consultiva, informativa, corretiva, normativa e de ouvidoria.

A *função fiscalizadora* consiste na realização de inspeções e auditorias nas unidades de todos os órgãos jurisdicionados. A *função judicante* viabiliza o julgamento de contas e a imposição de sanções aos autores de irregularidades. A *função sancionadora* é importante por inibir irregularidades, garantir ressarcimento de prejuízos ao erário e habilitar o tribunal a aplicar penalidades. A *função consultiva* consiste, basicamente, na elaboração de pareceres prévios sobre contas e de respostas a consultas feitas por determinadas autoridades. A *função informativa* é desempenhada mediante o envio ao Poder Legislativo de informações sobre fiscalizações realizadas, o encaminhamento de alertas e a manutenção de página na internet com dados sobre contas públicas. A *função corretiva* envolve dois procedimentos: a fixação de prazo para adoção de providências para cumprimento da lei e a decisão sobre a sustação de atos e contratos impugnados. A *função normativa* decorre de seu poder de expedição de instruções e atos normativos sobre matéria e processos de competência do tribunal. Por fim, a *função de ouvidoria* consiste no recebimento de denúncias de irregularidades ou ilegalidades.

De modo muito semelhante a Campelo (2005), Di Pietro (2012) organiza as competências em sete funções: fiscalização financeira, de consulta, de informação, de julgamento, sancionatória, corretiva e de ouvidor.

De maneira mais simplificada, Mileski (2009) propõe que os tribunais de contas apresentam quatro funções: opinativas, verificadoras, assessoradoras e jurisdicionais administrativas. *Opinativas* são atribuições técnicas de emissão de parecer prévio sobre

as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo; *verificadoras* são as atividades de auditorias que constataam e avaliam os atos dos administradores públicos; *assessoradoras* são, por exemplo, as atividades que envolvem respostas às consultas formuladas pelos administradores; e *jurisdicionais administrativas* as que envolvem julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos.

Em suma, um tribunal de contas pode ser concebido de diversas maneiras, tendo em vista sua proximidade aos Poderes, suas variadas funções ou os argumentos sobre sua natureza. É importante compreender a maneira como as pessoas manifestam seu ponto de vista sobre esses órgãos.

REPUTAÇÃO, IDENTIDADE E IMAGEM CORPORATIVA

O conceito de reputação corporativa apresenta grande riqueza multidisciplinar. É possível encontrar fragmentos de pesquisa sobre reputação na psicologia, sociologia, economia, marketing e em outras disciplinas (cf. Smaiziene & Jucevicius, 2009). Apesar de todo o esforço já empregado para se consolidar um conceito, ele ainda é objeto de discussão e não há consenso tanto no campo teórico quanto no empírico (Rindova, Williamson, Petkova, & Sever, 2005; Barnett, Jermier, & Lafferty, 2006; Brown, Dacin, Pratt, & Whetten, 2006; Smaiziene & Jucevicius, 2009; Abratt & Kleyn, 2012; Barnett & Pollock, 2012; Shamma, 2012).

A fim de organizar os diversos conceitos, alguns estudos propuseram grupos que refletem sobre as diferentes perspectivas quanto à reputação corporativa. Berens e Van

Riel (2004) identificaram três correntes de conceito: (1) reputação como as diferentes *expectativas sociais* que as pessoas têm a respeito das corporações; (2) reputação como os diferentes *traços de personalidade* corporativa que as pessoas atribuem às companhias; (3) reputação como *confiança*, ou seja, as diferentes razões que as pessoas têm para confiar ou não nas companhias.

Rindova et al. (2005) revisaram 60 estudos usando o construto nas áreas de administração, economia, sociologia e marketing. Os autores concluíram que existem duas perspectivas predominantes: (1) sob a perspectiva econômica, reputação organizacional seriam as *avaliações* das pessoas sobre um atributo particular de uma organização, especialmente a qualidade dos produtos; (2) sob a perspectiva da teoria institucional, reputação seria uma *impressão global* que representa como as pessoas percebem uma empresa, sendo essa impressão o resultado de trocas de informações e influência social entre vários atores interagindo em um campo organizacional.

Barnett et al. (2006) levantaram 49 definições de reputação corporativa e também as agruparam em três clusters: (1) reputação como consciência, englobando o conjunto de percepções, representações perceptivas e representações coletivas que as pessoas têm da corporação; (2) reputação como *avaliação*, incluindo referências a julgamento, estima, medida e opiniões acerca da corporação; (3) reputação como *ativo*, como recurso intangível, algo de valor financeiro significativo para a empresa.

Chun (2005), em sua revisão de conceitos, identificou três escolas de pensamento: (1)

escola avaliativa, que considera reputação como a avaliação das realizações financeiras da organização; (2) *escola impressional*, que entende reputação como a impressão geral da organização; (3) *escola relacional*, para a qual reputação envolve *gaps* entre as visões dos *stakeholders* internos e externos. Enquanto as escolas avaliativa e impressional se ocupam principalmente com os interesses de um único *stakeholder*, a escola relacional pressupõe que vários deles podem ter expectativas diferentes de uma mesma organização.

Além da diversidade de abordagens, é comum os estudos empregarem indistintamente os conceitos de identidade, imagem e reputação. Chun (2005) definiu os elementos da reputação corporativa da seguinte forma: imagem, identidade e identidade desejada. Para a autora, a definição de reputação utilizada depende de como esses elementos-chave, identidade e imagem, são definidos. Em síntese, *imagem*, no contexto da reputação, seria “como os outros nos veem”; o ponto de vista dos *stakeholders* externos sobre a organização, especialmente dos clientes. *Identidade* seria “como nós vemos nós mesmos”; o ponto de vista dos empregados sobre a organização. *Identidade desejada* seria “como nós desejamos que os outros nos vejam”; como os gestores gostariam que a organização fosse vista. Assim, para Chun (2005), reputação corporativa seria o somatório desses três elementos, ou seja, dos pontos de vista mantidos pelos *stakeholders* relevantes de uma organização (clientes, empregados, gestores, fornecedores, financiadores, etc.).

Brown et al. (2006) sugeriram que a maneira de diferenciar os conceitos de identidade,

imagem e reputação seria vê-los como diferentes tipos de associações corporativas. Brown & Dacin (1997, p. 69) definiram associações corporativas como “um rótulo genérico para toda a informação sobre uma organização que uma pessoa mantenha [tradução livre]”. Incluem, por exemplo, associações cognitivas para determinada organização, incluindo percepções, inferências, avaliações e crenças acerca dela, bem como o conhecimento dos próprios comportamentos e emoções experimentadas por ela.

Desse modo, partindo do conceito de associações corporativas, Brown et al. (2006) propuseram uma terminologia unificada, distinguindo quatro tipos de associações corporativas: identidade, imagem desejada, imagem construída e reputação. *Identidade* são as associações mentais sobre a organização mantidas pelos membros da organização. Ela corresponde à questão: “Quem somos nós como organização?”. *Imagem desejada* são as associações mentais sobre a organização que os líderes organizacionais consideram importante que as audiências retenham. Ela corresponde à questão: “O que a organização deseja que os outros pensem sobre a organização?”. *Imagem construída* são as associações mentais que os membros da organização acreditam que as pessoas fora da organização retêm sobre ela. Corresponde à indagação: “O que a organização acredita que os outros pensam sobre ela?”. *Reputação* são as associações mentais sobre a organização realmente retidas pelas pessoas de fora dela. Ela está relacionada à questão: “O que os *stakeholders* realmente pensam sobre a organização?”.

Brown et al. (2006) ainda sugerem que muitos autores, em particular da disciplina de marketing, usam o termo “imagem” para representar o conceito de reputação (e.g., Hatch & Schultz, 2003). Para os autores, imagem diz respeito àquilo que um membro da organização deseja que os outros saibam ou acredita que os outros saibam, ao passo que reputação seria a percepção da organização realmente mantida pelos *stakeholders* externos. Independentemente daquilo que os gestores pensem, escolham para comunicar ou acreditem que os *stakeholders* pensem sobre a organização, as associações corporativas formadas e mantidas na memória por um membro ou *stakeholder* servem como a “realidade” para aquele indivíduo. Tais associações podem ser influenciadas por uma variedade de fatores externos (como competidores, analistas da indústria, ativistas, mídia), inclusive as comunicações da organização, não sendo, portanto, completamente gerenciadas por ela.

Neste estudo, adota-se o conceito de reputação proposto por Brown et al. (2006). Parte-se da perspectiva do cliente, focando nas percepções dos populares da sociedade civil sobre os tribunais de contas. Trata-se, portanto, de uma visão social e construcionista, para a qual a reputação é formada com base nas interações sociais e existe no nível de coletividade dos *stakeholders* (Rindova, & Martins, 2012). Para Walsh, Mitchell, Jackson e Beatty (2009), os clientes são o principal *stakeholder* das organizações e mesmo as abordagens de múltiplos deles, que mensuram a percepção de empregados, analistas, mídia, entre outros, na verdade medem a percepção derivada, que é determinada em grande parte pelo pensa-

mento dos clientes da organização.

METODOLOGIA

Esta pesquisa traça uma investigação de caráter exploratório e descritivo. Segundo Collis e Hussey (2005), a pesquisa descritiva relata o comportamento dos fenômenos, geralmente por meio da compilação de dados quantitativos e do uso de técnicas estatísticas para obter o resumo das informações. Ela vai além da pesquisa exploratória, pois descreve e avalia as características do

problema. Quanto à abordagem, caracteriza-se como quantitativa, pois se baseia em frequências de ocorrências de temas nas respostas.

Foram entrevistadas 307 pessoas abordadas aleatoriamente em praças públicas da região central da cidade de Curitiba (PR), em dezembro de 2014. Dados socioeconômicos da amostra, dispostos na Tabela 1, indicam que sua idade média é 35,5 anos e que a maioria tem ensino médio, reside na capital e pertence à classe econômica E.

Tabela 1: Características da amostra

Característica		%
Idade	15-24	28,7
	25-39	36,8
	40-49	14,3
	50-59	11,1
	60 e mais	9,1
Gênero	Feminino	51,5
	Masculino	48,5
Nível de instrução ^a	Sem instrução	1,6
	Ensino fundamental	10,4
	Ensino médio	51,1
	Ensino superior	36,8
Classe econômica ^b	Classe A	0,3
	Classe B	0,3
	Classe C	15,0
	Classe D	26,7
	Classe E	54,1
	Não respondeu	3,6
Cidade	Capital	86,0
	Região metropolitana	14,0

Notas: **a)** Foram reunidos no mesmo grupo de nível de instrução os respondentes que declararam já ter concluído, estar cursando ou ter interrompido os estudos referentes ao mesmo grupo. **b)** Adotou-se o conceito de classes econômicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2014), cujos valores foram ajustados a preços de dezembro/2014 de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2014).

Fonte: elaborado pelo autor

O método empregado deixou os participantes livres para indicarem espontaneamente o que considerassem relevante para sua definição de tribunal de contas. Pesquisas anteriores já empregaram perguntas abertas com sucesso (cf. Tromp, 2012). Mesmo em estudos do tipo *survey*, o uso de questões abertas é crucial numa fase preliminar para capturar aquilo que os participantes veem como relevante (Ravasi e Canato, 2013).

Os dados foram coletados por meio de questionário com uma questão aberta: “Em sua opinião, o que é um tribunal de contas?”. As respostas foram gravadas, transcritas e então tratadas por meio da técnica análise de conteúdo, conforme indica Bardin (2007). Foram identificados nas manifestações temas ou sentidos completos (unidades de registro), que receberam classificação temática (ou análise categorial). O tema é uma asserção sobre determinado assunto e é considerado como a mais útil unidade de registro em análise de conteúdo (Franco, 2003). A análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar algo para o objetivo da análise (Bardin, 2007, p. 131).

Num primeiro momento, o material foi pré-analisado para manter os primeiros contatos com as respostas. Em seguida, ele foi relido e, com base nas respostas mais frequentes, foram definidas as subcategorias. Numa terceira etapa, as respostas fo-

ram classificadas dentro das subcategorias criadas previamente, de acordo com suas aproximações semânticas. Por fim, as subcategorias foram agrupadas em categorias, também de acordo com suas aproximações semânticas, e listadas segundo sua ordem de frequência. Mantiveram-se os nomes das subcategorias o mais próximo possível dos termos e expressões utilizados pelos próprios entrevistados, enquanto os nomes das categorias de resposta as sintetizaram.

RESULTADOS

Os resultados são apresentados com base na frequência das categorias que emergiram das respostas. As frequências são relativas ao número total de participantes ($N = 307$), de modo a contar o quanto cada categoria foi registrada independentemente das demais. Por isso, o somatório pode ultrapassar 100%.

Conforme se observa na Tabela 2, a categoria de resposta mais frequente reúne temas que conduzem à figura de um órgão *fiscalizador*, responsável pela inspeção das contas públicas e dos gastos do governo, até mesmo pelo controle e pela auditoria das contas públicas, tendo sido mencionada por 20,5% dos participantes. Entre as subcategorias componentes dessa categoria, as mais frequentes foram: fiscal das contas públicas e controlador das contas públicas.

Tabela 2: Frequência dos temas mencionados, como as percepções do Tribunal de Contas

Categorias	Subcategorias	%	N	Total % (N)
Fiscalizador	Fiscal das contas públicas	9,8%	30	20,5% (63)
	Controlador das contas públicas	5,2%	16	
	Fiscal dos gastos do Governo	1,6%	5	
	Fiscal do Poder Público	1,6%	5	
	Auditor das contas públicas	1,3%	4	
	Fiscal de contas	0,7%	2	
	Fiscalização	0,3%	1	
Onde se prestam contas	Onde se prestam contas públicas	7,2%	22	15,3% (47)
	Onde as pessoas prestam contas	3,6%	11	
	Relacionado à prestação de contas	2,9%	9	
	Para onde vão as contas públicas	1,6%	5	
Gestor de recursos	Departamento financeiro do Estado	4,9%	15	11,7% (36)
	Órgão que presta contas públicas	2,9%	9	
	Gestor de recursos públicos	2,0%	6	
	Contabilidade	0,7%	2	
	Contas do Governo	0,7%	2	
	Órgão que calcula as contas	0,7%	2	
Analista de contas	Analista das contas públicas	5,2%	16	10,1% (31)
	Analista dos gastos públicos	2,3%	7	
	Analista de conformidade	1,3%	4	
	Avaliador da gestão pública	1,3%	4	
Solucionador de contas	Onde se negocia o pagamento de contas	3,3%	10	5,9% (18)
	Onde se resolvem contas	1,6%	5	
	Cobrador de dívidas	1,0%	3	
Julgador de contas	Órgão julgador	3,6%	11	3,6% (11)
Outros	Tribunal relacionado a tributos	2,0%	6	6,5% (20)
	Relacionado à justiça	1,6%	5	
	Algo da área do Direito	1,3%	4	
	Algo que presta serviço	0,3%	1	
	Algo relacionado a governo	0,3%	1	
	Emissor de certificado de quitação	0,3%	1	
	Onde ficam ladrões	0,3%	1	
	Órgão competente	0,3%	1	
Não sabe	Não sabe	42,0%	129	42,0% (129)
Total		115,6%	355	

Fonte: elaborado pelo autor

A segunda categoria mais mencionada relaciona-se à concepção do tribunal de contas como órgão *onde se prestam contas*, em que tanto gestores públicos quanto pessoas comuns prestam contas ou as encaminham. Foi citada por 15,3% dos participantes. Essa categoria é composta majoritariamente pelas subcategorias: onde se prestam contas públicas e onde as pessoas prestam contas. A terceira categoria mais frequente decorre da percepção do tribunal de contas como órgão *gestor de recursos* (11,7%). Essa categoria descreve o tribunal de contas como órgão financeiro responsável por planejar, organizar e executar assuntos financeiros do Estado, bem como elaborar e prestar as contas públicas dessa execução. As subcategorias mais citadas foram: departamento financeiro do Estado e órgão que presta contas públicas.

Em quarto lugar figura a concepção de tribunal de contas como *analista de contas* (10,1%), compreendendo funções de análise de contas, análise de gastos, inclusive análise sobre a adequação e conformidade na utilização dos recursos públicos.

A quinta categoria mais frequente agrupa concepções do tribunal de contas como *solucionador de contas* (5,9%). Aqui, as con-

tas são frequentemente entendidas como dívidas pessoais, tendo o tribunal papel de solucionador, conciliador, alguma espécie de agente de cobrança ou intermediário entre credor e devedor.

Em sexto lugar, fica a compreensão do tribunal de contas como órgão *juiz* *de contas* (3,6%), que julga, aprova ou desaprova contas.

Um total de 117 (38%) participantes declarou não saber em absoluto a resposta, não mencionando tema algum. Outros 12 (3,9%) afirmaram não saber o que é um tribunal de contas, mas mencionaram algum tema. Assim, ao todo, 129 (42%) participantes mencionaram não saber o que é um tribunal de contas em suas manifestações.

Percepção por gênero

As categorias de resposta foram cruzadas com os dados socioeconômicos. Foi realizado o teste para comparar uma a uma as proporções em cada categoria, conforme indica Hoffmann (1991). A proporção de cada percepção entre os gêneros feminino (N = 158) e masculino (N = 149) foi disposta na Tabela 3.

Tabela 3: **Percepções do Tribunal de Contas por gênero**

Categorias	Feminino	Masculino	P-valor
Fiscalizador	13%	28%	.001
Onde se prestam contas	18%	13%	.117
Gestor de recursos	14%	9%	.147
Analista de contas	10%	10%	.175
Solucionador de contas	6%	5%	.452
Julgador de contas	3%	5%	.242
Outros	8%	5%	.106
Não sabe	44%	40%	.274
Total	116%	115%	

Fonte: elaborado pelo autor

De modo geral, há evidência para rejeitar a hipótese de que as proporções sejam iguais entre as classes comparadas (Qui quadrado: $p = 0,05$). A diferença é significativa na categoria *fiscalizador*, pois houve maior menção entre os participantes do sexo masculino (28%) do que entre os do sexo feminino (13%) ($p = 0,001$).

Percepção por classe econômica

A Tabela 4 apresenta a distribuição da proporção de cada percepção por classe econômica. Dado o baixo número de respostas nas classes A e B, agruparam-se as classes A, B, C e D (N = 130) para fins de comparação com a classe E (N = 166).

Tabela 4: **Percepções do Tribunal de Contas por classe econômica**

Categorias	Classe econômica					Comparativo		
	A	B	C	D	E	Classes A, B, C e D	Classe E	P-valor
Fiscalizador	100%	0%	33%	23%	16%	27%	16%	.018
Onde se prestam contas	0%	0%	17%	11%	19%	13%	19%	.129
Gestor de recursos	0%	0%	9%	16%	11%	13%	11%	.221
Analista de contas	0%	0%	15%	11%	9%	12%	9%	.236
Solucionador de contas	0%	0%	0%	6%	6%	4%	6%	.281
Julgador de contas	0%	0%	2%	4%	4%	3%	4%	.421
Outros	0%	0%	7%	7%	6%	7%	6%	.291
Não sabe	0%	100%	33%	40%	45%	38%	45%	.142
Total	100%	100%	115%	118%	116%	117%	116%	

Nota. Do número total de participantes apenas 296 declararam renda.

Fonte: elaborado pelo autor

Não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese de que as proporções sejam iguais entre as classes comparadas (Qui quadrado: $p = 0,309$), com exceção da categoria *fiscalizador*, que foi mais frequente entre o grupo de classes A, B, C e D (27%) do que para a classe E (16%) ($p = 0,018$).

Percepção por nível de instrução

A Tabela 5 dispõe a distribuição de proporções para as percepções por nível de instrução. Mais uma vez, dado o baixo número de participantes sem instrução e com ensino fundamental, agruparam-se os níveis de instrução em dois grupos: até o ensino médio (N = 194) e ensino superior (N = 113).

Tabela 5: **Percepções do Tribunal de Contas por nível de instrução**

Categorias	Nível de instrução				Comparativo		
	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Até Ensino médio	Ensino superior	P-valor
Fiscalizador	0%	13%	40%	42%	8%	42%	<.001
Onde se prestam contas	0%	15%	20%	18%	14%	19%	.107
Gestor de recursos	0%	17%	8%	14%	12%	12%	.464
Analista de contas	0%	7%	15%	18%	6%	17%	.450
Solucionador de contas	40%	6%	0%	3%	8%	2%	.026
Julgador de contas	0%	3%	8%	3%	3%	4%	.178
Outros	0%	6%	5%	4%	8%	4%	.186
Não sabe	60%	48%	33%	14%	55%	20%	<.001
Total	100%	115%	128%	115%	113%	119%	

Fonte: elaborado pelo autor

Aqui, pode-se rejeitar a hipótese de igualdade entre as proporções (Qui quadrado: $p < 0,001$), sendo que o grupo com ensino superior mencionou a categoria *fiscalizador* (42%) em maior proporção que o grupo com escolaridade até o ensino médio (8%) ($p < 0,001$). A proporção da categoria *solucionador de contas* é significativamente menor para o grupo com ensino superior (2%) do que para o grupo com escolaridade até o ensino médio (8%) ($p = 0,026$). Também há menor proporção da categoria *não sabe* en-

tre aqueles com ensino superior (20%) do que entre aqueles com escolaridade até o ensino médio (55%) ($p < 0,001$).

Percepção por grupo de idade

A distribuição das proporções para as percepções por grupo de idade é apresentada na Tabela 6. Para fins de comparação, agruparam-se as faixas de idade em dois grupos: até 39 anos (N = 201) e 40 anos ou mais (N = 106).

Tabela 6: **Percepções do Tribunal de Contas por grupo de idade**

Categorias	Grupo de idade					Comparativo		
	15-24	25-39	40-49	50-59	60 e mais	Até 39 anos	40 anos ou mais	P-valor
Fiscalizador	10%	20%	39%	21%	25%	16%	29%	.002
Onde se prestam contas	11%	20%	9%	15%	21%	16%	14%	.284
Gestor de recursos	9%	13%	14%	12%	11%	11%	12%	.348
Analista de contas	3%	11%	11%	18%	18%	7%	15%	.029
Solucionador de contas	7%	3%	7%	12%	4%	4%	8%	.084
Julgador de contas	3%	4%	5%	3%	0%	4%	3%	.425
Outros	6%	7%	5%	6%	11%	6%	7%	.492
Não sabe	65%	38%	30%	24%	29%	50%	27%	<.001
Total	115%	117%	118%	109%	118%	116%	115%	

Fonte: elaborado pelo autor

Nesse caso, também se pode rejeitar a hipótese de igualdade nas proporções entre os grupos de idade (Qui quadrado: $p < 0,01$). Há maior proporção da categoria *fiscalizador* no grupo de idade com 40 anos ou mais (29%) do que no grupo até 39 anos (16%) ($p < 0,01$). Também há maior proporção da categoria *analista de contas* no grupo de idade com 40 anos ou mais (15%) do que no grupo até 39 anos (7%) ($p < 0,05$). Por outro lado, há menor proporção da categoria

não sabe no grupo de idade com 40 anos ou mais (27%) do que no grupo até 39 anos (50%) ($p < 0,001$).

Percepção por cidade

Por fim, a Tabela 7 dispõe a comparação entre a proporção das percepções por cidade de origem. Foram distinguidos os residentes na capital (N = 264) e os da região metropolitana (N = 43).

Tabela 7: **Percepções do Tribunal de Contas por cidade**

Categorias	Capital	Região metropolitana	P-valor
Fiscalizador	21%	16%	.301
Onde se prestam contas	15%	19%	.212
Gestor de recursos	11%	14%	.230
Analista de contas	11%	7%	.326
Solucionador de contas	6%	5%	.468
Julgador de contas	4%	2%	.488
Outros	7%	2%	.195
Não sabe	41%	47%	.209
Total	116%	112%	

Fonte: elaborado pelo autor

Nesse contexto, a análise geral não permitiu a rejeição da hipótese de igualdade entre os conjuntos de proporção, mesmo agrupando-se as categorias *analista de contas*, *solucionador de contas*, *julgador de contas* e *outros* (Qui quadrado: $p = 0,893$).

DISCUSSÃO

O objetivo desse estudo foi analisar a percepção dos populares da sociedade civil de Curitiba sobre o tribunal de contas, bem como realizar uma análise comparativa de acordo com as características socioeconômicas da amostra. As categorias de resposta foram definidas com base nas manifestações provenientes da aplicação da técnica análise de conteúdo.

A categoria mais frequente caracteriza o tribunal de contas como fiscalizador. Foram reunidos nesse grupo respostas como: “*É um órgão que fiscaliza as contas públicas de todos os órgãos do Governo*”. Outro padrão de resposta comum enfatizou o controle exercido pelo tribunal sobre órgãos ou entes federados, como esta resposta: “*Tribunal de contas é aquele órgão oficial do Estado ou da Federação que controla as contas dos municípios e da federação*”.

A presença dessa categoria como a mais mencionada é compreensível, visto que incumbe ao tribunal de contas o controle externo especialmente na modalidade de fiscalização (Justen Filho, 2013). Além disso, pode-se imaginar que boa parte do contato da população com os tribunais de contas ocorre especialmente pela mídia quando da divulgação de resultado de fiscalizações. Assim, essa função foi mais lembrada do que outras, como a consultiva ou a norma-

tiva, e foi a mais utilizada para caracterizar tribunal de contas.

A segunda categoria mais mencionada descreve tribunal de contas como órgão onde se prestam contas. A maior parte das respostas fez menção específica a contas públicas, como esta: “*É onde o Governo tem que prestar contas, né, do que ele faz, se está sobrando...*”. Pode-se depreender que esse padrão de resposta fez referência ao dever dos administradores públicos de prestar contas (Di Pietro, 2012). Cabe aos tribunais de contas apreciarem as contas prestadas anualmente pelos chefes do Poder Executivo e julgar as dos demais administradores e responsáveis pela coisa pública.

Outro padrão de resposta comum nessa categoria fez alusão à prestação de contas pessoais, como se observa nesta resposta: “*Tribunal de contas? É onde vai todas as nossas contas, não é? É onde fica sabendo todas as nossas contas*”. Essa subcategoria indica certa confusão entre prestação de contas públicas e prestação de contas pessoais. Algumas respostas chegam a relacionar o dever de prestação de contas pessoais como dever semelhante à declaração de imposto de renda. Essa relação pode ocorrer devido à tendência de as audiências externas considerarem as agências públicas como mais unificadas do que realmente são, mesclando suas reputações organizacionais (Carpenter & Krause, 2012).

O tribunal de contas como gestor de recursos retrata, também, um equívoco de concepção. Trata-se de um órgão que teria como principal papel gerir a coisa pública. Para além da gestão de suas funções administrativas internas, a ele se incumbe o

papel de Poder Executivo, cabendo realizar, nas palavras dos respondentes, “a contabilidade do governo”, “os investimentos do país” ou até mesmo “gerência do Brasil”. Pode-se mencionar como exemplo de resposta: *“Eu acho que é o ... faz questões de orçamento para o ano seguinte, né, da União, fazem programação, fazem despesas para a União, do ano seguinte. Não tenho certeza. É o que eu sei”*. Outras respostas o descrevem como o órgão responsável por prestar contas: *“Tribunal de contas... é um órgão, acho que federal, né, que tem que prestar contas do dinheiro arrecadado... dos impostos arrecadados. Acho que é isso”*.

A quarta categoria entende o tribunal como analista de contas. Esse grupo de respostas caracteriza um tribunal analítico, cuja função é verificar a legalidade e a correção das contas, reunindo argumentos favoráveis ao tribunal como órgão técnico (Castardo, 2007a). Essa concepção traz à tona seu relevante papel de cunho técnico, decidindo sobre a regularidade das contas antes de serem apreciadas pelo Legislativo. Trata-se do chamado controle técnico ou controle financeiro, que precede o controle político realizado pelas Casas Legislativas (Carvalho Filho, 2012). Pode assumir o sentido, ainda, da função verificadora das contas dos gestores públicos (Mileski, 2009).

Com menor frequência, a quinta categoria de respostas equivocadamente reflete um tribunal solucionador de contas. Ocorre equívoco porque “contas”, nesse caso, foram entendidas como “dívidas”. É muito provável que o desconhecimento acerca das autênticas competências tenha levado a esse tipo de dedução lógica para a palavra “contas”, trazendo-a para um sentido mais próximo

de sua realidade. Segundo um respondente, seria: *“O local onde cobra conta, na minha opinião. Eu acho que sim. Por exemplo, se eu ficar devendo, o tribunal de conta vai ligar pra mim, vai entrar em contato comigo, pra saber... Como melhor resolver, né? Eu acho”*.

Por fim, a concepção de tribunal como órgão julgador frequentemente o relacionou ao julgamento de contas e à aprovação ou não de contas: *“Tribunal de contas é o tribunal que deve jogar as contas gastas pelo Governo. Ele deve julgar os gastos do Governo. Se houve alguma infração ele deve julgar”*. Essa categoria remete à função denominada judicante (Campelo, 2005) ou jurisdicional administrativa (Mileski, 2009), segundo a qual compete ao tribunal o julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos, bem como a aplicação de sanções aos autores de irregularidades.

Chama a atenção o elevado percentual de participantes que não souberam responder à pergunta. No estudo de Arantes, Abrucio e Teixeira (2005), por exemplo, 13,8% dos participantes afirmaram ter reduzido conhecimento sobre o tribunal de contas e apenas 1,5% afirmou desconhecer completamente a função dele. Ressalte-se que essa amostra foi composta por deputados, vereadores, desembargadores, procuradores, promotores e representantes da sociedade civil organizada.

Outros estudos podem dar suporte para tamanho desconhecimento. Um levantamento realizado no Estado do Pernambuco, com aplicação de 1.800 questionários, concluiu que 52,22% dos participantes não conhecia o tribunal de contas daquele Estado (como citado em Moreira & Vieira, 2003). No estudo

de Arantes et al. (2005), 61,3% da amostra considerou a comunicação das atribuições institucionais dos tribunais de contas para os cidadãos como inadequado ou péssimo. A pesquisa de Silva (2013) apontou que 82,76% de uma amostra de 87 indivíduos considerou que a sociedade, de modo geral, não se interessa pelo trabalho do Tribunal de Contas da União. Assim, essas constatações, somadas aos resultados deste estudo, constituem evidências que permitem imaginar um cenário congruente: a comunicação das atribuições institucionais, por parte dos tribunais, é falha; o interesse da sociedade pelos tribunais é baixo, consequentemente, o conhecimento da sociedade sobre os tribunais também tende a ser baixo.

Somando-se as concepções equivocadas (a subcategoria *onde as pessoas prestam contas* e as categorias *gestor de recursos* e *solucionador de contas*) com as respostas negativas, tem-se que 181 (58,9%) participantes não demonstraram conhecimentos suficientes sobre o que é tribunal de contas. Vale ressaltar ainda que grande parte dos respondentes se utilizou de expressões que demonstram dúvida ou insegurança. Foi muito comum o uso da confirmação “não é?” e de risos nas respostas, o que sugere algum constrangimento ao perceber que desconhecia a resposta.

Quanto às comparações, partiu-se do pressuposto de que diferentes audiências podem ter diferentes percepções da mesma agência pública (Carpenter & Krause, 2012). Assim, tornou-se relevante analisar segmentos da amostra segundo suas características socioeconômicas.

As diferenças são mais significativas para

a categoria *fiscalizador*, que foi a mais mencionada pelo gênero masculino, por indivíduos das classes A, B, C e D, pelo grupo com maior idade média e pelo grupo com ensino superior.

A característica socioeconômica nível de instrução possibilitou distinguir grupos de respondente com concepções diferentes. Fica evidente que aqueles com maior nível de instrução consideram o tribunal de contas como órgão fiscalizador e apresentam maior nível de conhecimento sobre ele. Ao mesmo tempo, é menor entre eles a concepção equivocada de considerá-lo solucionador de contas.

A variável idade igualmente permitiu verificar importantes diferenças nas concepções. Aqueles com maior média de idade também consideram, com maior frequência, o tribunal de contas como órgão fiscalizador e órgão analista de contas, e apresentaram maior nível de conhecimento sobre ele. Assim, pode-se afirmar que as variáveis nível de instrução e idade foram as que mais permitiram identificar grupos de respondente com maior nível de conhecimento e concepções mais adequadas sobre o tribunal de contas.

Esse resultado corrobora a preocupação de Moreira Neto (2005) sobre a importância de educar o cidadão para a democracia desde a mais tenra idade, mostrando-lhe que o Estado é uma virtualidade necessária para tomar e executar decisões de interesse geral. Por isso, todo tipo de participação nesse processo seria importante para a vida de todos, em especial, a participação democrática exercida pelos instrumentos abertos ao controle social. A vitalidade do controle social depende da educação do cidadão para

a democracia.

As diferenças quanto à cidade de origem dos respondentes não foram significativas, mesmo quando se agruparam categorias com o intuito de aumentar a significância das diferenças. É provável que esse resultado se deva à proximidade física entre as cidades da região metropolitana, o que conferiu alguma homogeneidade à amostra.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa analisou a percepção das pessoas da sociedade civil sobre os tribunais de contas, em Curitiba, bem como identificou as variáveis socioeconômicas que influenciam esses entendimentos. Para tanto, foi realizado um levantamento, e as manifestações livres dos participantes foram avaliadas por meio da análise de conteúdo.

Os resultados indicam que os tribunais de contas são concebidos principalmente como órgãos fiscalizadores, responsáveis por fiscalizar as contas e as despesas públicas. A segunda concepção mais frequente descreve um tribunal onde se prestam contas, ou seja, em que tanto os gestores públicos quanto as pessoas devem apresentar suas contas. O terceiro entendimento mais comum relatou um tribunal gestor de recursos, responsável por executar matérias financeiras do Estado. Com menor frequência, foram mencionadas as percepções de tribunal como analista de recursos, ou seja, solucionador de contas e julgador de contas.

Foi verificado elevado nível de desconhecimento sobre o que seria uma corte de contas. Esse resultado pode ser mais bem compreendido quando se relaciona a outros

estudos que apontam frágil comunicação das atribuições institucionais por parte dos tribunais, assim como baixo interesse por parte da população. Mesmo quando responderam, em muitos casos, foi possível verificar sinais de hesitação nas manifestações.

Além do desconhecimento, as respostas também permitiram constatar alguns equívocos nas concepções. Foram frequentes manifestações que descreveram o tribunal como local onde pessoas comuns prestariam contas de suas finanças pessoais. Também foi verificado equívoco ao se considerar o tribunal como gestor de recursos ou solucionador de contas. Isso sugere que, quando o participante de fato não sabia a resposta, tendeu a relacioná-lo a algo mais próximo de seu cotidiano, tal como órgãos relacionados a crédito ou órgãos públicos responsáveis pela execução financeira.

O cruzamento com as variáveis socioeconômicas indicou que o nível de instrução e a idade são as principais variáveis relacionadas às diferentes concepções. Indivíduos com nível mais elevado de instrução e com maior média de idade tendem a considerar o tribunal de contas como órgão fiscalizador e apresentam nível superior de conhecimento sobre ele. Além disso, o maior nível de instrução esteve relacionado à menor frequência de sua concepção como órgão solucionador de contas.

Essas constatações reforçam a necessidade de que sejam ampliados os esforços de educação da população para a cidadania. Os programas de conscientização realizados por alguns tribunais de contas estaduais podem ser uma boa prática nesse sentido. Contudo, os esforços ainda precisam ser

mais contundentes para que efetivamente se aumente o nível de conhecimento sobre as cortes de contas, de modo que todos os cidadãos sejam elevados à condição de agentes de controle social junto aos tribunais de contas.

Por fim, ressalta-se que este estudo foi delimitado à população de Curitiba e à região metropolitana. Porém, é possível supor certa generalização dos resultados obtidos a outros tribunais de contas do país. Para estudos futuros, sugere-se a replicação desta pesquisa em outros estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

- Abratt, R., & Kleyn, N. (2012). Corporate identity, corporate branding and corporate reputations: Reconciliation and integration. *European Journal of Marketing*, 46(7/8), 1048-1063.
- Arantes, R. B., Abrucio, F. L., & Teixeira, M. A. C. (2005). A imagem dos Tribunais de Contas subnacionais. *Revista do Serviço Público*, 56(1), 57-83.
- Bandeira de Mello, C. A. (2009). O enquadramento constitucional do Tribunal de Contas. In N. J. Freitas (Ed.), *Tribunais de Contas: aspectos polêmicos: estudos em homenagem ao Conselheiro João Féder*, pp. 63-72. Belo Horizonte: Fórum.
- Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barnett, M. L., Jermier, J. M., & Lafferty, B. A. (2006). Corporate reputation: The definitional landscape. *Corporate Reputation Review*, 9(1), 26-38.
- Barnett, M. L., & Pollock, T. G. (2012). Charting the landscape of corporate reputation research. In M. L. Barnett, & T. G. Pollock (Eds.). *The Oxford Handbook of Corporate Reputation*, pp. 1-15. Oxford: Oxford University.
- Berens, G., & Van Riel, C. B. M. (2004). Corporate associations in the academic literature: Three main streams of thought in the reputation measurement literature. *Corporate Reputation Review*, 7(2), 161-178.
- Britto, C. A. (2005). O regime constitucional dos tribunais de contas. In A. J. Souza et al. (Eds.). *O Novo Tribunal de Contas: Órgão Protetor dos Direitos Fundamentais*, 3rd ed., pp. 59-75. Belo Horizonte: Fórum.
- Brown, T. J., & Dacin, P. A. (1997). The company and the product: Corporate associations and consumer product responses. *Journal of Marketing*, 61(1), 68-84.
- Brown, T. J., Dacin, P. A., Pratt, M. G., & Whetten, D. A. (2006). Identity, intended image, construed image, and reputation: An interdisciplinary framework and suggested terminology. *Journal of The Academy of Marketing Science*, 34(2), 99-106.
- Campelo, V. (2005). O tribunal de contas no ordenamento jurídico brasileiro. In A. J. Souza et al. (Eds.), *O Novo Tribunal de Contas: Órgão Protetor dos Direitos Fundamentais*. (3rd ed., pp. 225-239). Belo Horizonte: Fórum.
- Carpenter, D. P., & Krause, G. A. (2012). Reputation and Public Administration. *Public Administration Review*, 72(1), 26-32.

- Carvalho Filho, J. S. (2012). *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.
- Castardo, H. F. (2007a). *O tribunal de contas no ordenamento jurídico brasileiro*. Campinas: Millennium Editora.
- Castardo, H. F. (2007b). *Natureza Jurídica do Tribunal de Contas no Ordenamento Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Piracicaba, Brasil.
- Chun, R. (2005). Corporate reputation: Meaning and measurement. *International Journal of Management Reviews*, 7(2), 91-109.
- Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em Administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Porto Alegre: Bookman.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Recuperado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Delmondes, E. (2007). A interação do Tribunal de Contas com o Parlamento. Rio de Janeiro: Renovar.
- Diniz, M. H. (2010). *Dicionário jurídico universitário*. São Paulo: Saraiva.
- Di Pietro, M. S. Z. (2012). *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.
- Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise de conteúdo*. Brasília: Plano Editora.
- Hatch, M. J., & Schultz, M. (2003). Bringing the corporation into corporate branding. *European Journal of Marketing*, 37(7/8), 1041-1064.
- Hoffmann, R. (1991). *Estatística para economistas*. São Paulo: Pioneira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Índice de Preços ao Consumidor – IPCA e INPC – Novembro de 2014*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm
- Justen Filho, M. (2013). *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Mileski, H. S. (2009). Tribunais de Contas: Evolução, natureza, funções e perspectivas futuras. In N. J. Freitas (Ed.), *Tribunais de Contas: aspectos polêmicos: estudos em homenagem ao Conselheiro João Féder*, pp. 89-115. Belo Horizonte: Fórum.
- Moreira, E. A. L., & Vieira, M. M. F. (2003). Estruturas de poder e instituições como determinantes da efetividade do Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco. *Organizações & Sociedade*, 10(26), 119-138.
- Moreira Neto, D. F. (2005). O parlamento e a sociedade como destinatários do trabalho dos Tribunais de Contas. In A. J. Souza et al. (Eds.). *O Novo Tribunal de Contas: Órgão Protetor dos Direitos Fundamentais*, 3rd ed., pp. 77-130. Belo Horizonte: Fórum.
- Ravasi, D., & Canato, A. (2013). How do I know who you think you are? A Review of Research Methods on Organizational Identity. *International Journal of Management Reviews*, 15, 185-204.

Rindova, V. P., Williamson, I. O., Petkova, A. P., & Sever, J. M. (2005). Being good or being known: An empirical examination of the dimensions, antecedents, and consequences of organizational reputation. *Academy of Management Journal*, 48(6), 1033-1049.

Rindova, V. P., & Martins, L. L. (2012). Show Me the Money: A Multidimensional Perspective on Reputation as an Intangible Asset. In M. L. Barnett, & T. G. Pollock (Eds.). *The Oxford Handbook of Corporate Reputation*, pp. 16-33. Oxford: Oxford University.

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. (2014. Nov.). *Social e renda: A classe média brasileira*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília, Brasil.

Shamma, H. M. (2012). Toward a comprehensive understanding of corporate reputation: Concept, measurement and implications. *International Journal of Business and Management*, 7(16), 151-169.

Silva, B. R. (2013). *Análise de imagem do*

Tribunal de Contas da União TCU. Monografia de graduação. Brasília (DF): Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil.

Smaiziene, I., & Jucevicius, R. (2009). Corporate Reputation: Multidisciplinary Richness and Search for a Relevant Definition. *Engineering Economics*, 2, 91-100.

Tromp, S. (2012). *Corporate reputation management: Reconciling identity-image gaps*. Dissertação de mestrado. Pretória: Gordon Institute of Business Science, Universidade de Pretoria, Pretória, África do Sul.

Vuolo, C. L. C. B. (2009). O controle social e sua interface com os Tribunais de Contas: A experiência do TCE-MT. In A. J. M. Rodrigues Neto (Org.). *A era do cidadão: a experiência do Tribunal de Contas do Mato Grosso*, pp. 63-97. Cuiabá: Entrelinhas.

Walsh, G., Mitchell, V. W., Jackson, P. R., & Beatty, S. E. (2009). Examining the antecedents and consequences of corporate reputation: A customer perspective. *British Journal of Management*, 20, 187-203.